

22º Fórum Abag

Despertar para a Rio+20

Compromisso do agronegócio



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

A Rio+20 é um nome curto para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá em junho deste ano no Rio de Janeiro. O evento se realizará sob um clima de *stress* global, diante dos antecedentes das reuniões ambientais sem assumir compromissos. Quarenta anos atrás, tivemos a Estocolmo-72, e vinte anos atrás assistimos, no Brasil, à Rio-92. Ambas fizeram a diferença em termos de repercussões mundiais. Mais impactante, a Rio-92 reuniu centenas de Chefes de Estado, e os debates conduzidos tiveram foco em meio ambiente e desenvolvimento.

O *site* oficial e o documento preliminar da Rio+20 tratam de redução da pobreza, avanços na equidade social e de como assegurar proteção ambiental em um planeta cada vez mais populoso. Isso levou a dois temas: o debate sobre a construção de uma economia verde de forma sustentável; e de como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável.

O documento *O futuro que queremos*, que faz parte da campanha sobre a Rio+20, se suporta na visão da busca por um futuro próspero, seguro e sustentável para o nosso povo e o planeta. Talvez a formação do povo brasileiro e nossa riqueza em recursos naturais nos façam generosos. Aliás, essa influência brasileira se alastra e é cada vez mais reconhecida pelo mundo. Com base nos três pilares da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental –, abraça a economia verde com seus desafios e oportunidades, como forma de atender ao futuro que queremos, incluídas as questões que não queremos, como barreiras ao comércio, dependências ou restrições individuais aos países.

A cúpula da Rio+20 ocorre numa nova era das *commodities*, quando se avaliam as emissões de carbono mediante o uso crescente de recursos naturais, com a clara limitação da expansão da oferta de *commodities* no curto prazo e as ligações entre esses recursos como água e energia e os impactos da degradação.

Como o agronegócio é chave para a criação da economia verde, além de elemento central para assegurar a oferta de alimentos e de energia renovável diante das limitações físicas conhecidas, é absolutamente prioritário o tema para o Brasil, candidato natural a liderar tal movimento e foco das ações da Abag.

Vimos reações europeias no sentido de risco de perda de foco no evento. Como o tema é sobre sustentabilidade e não meio ambiente, cabe menos filosofia e mais luta pelo tripé da sustentabili-

dade. Esse parece ser o contexto daqui para frente em termos dos diversos interesses.

Trago para a discussão a opinião de duas personalidades compromissadas com tudo isto: os professores Ignacy Sachs e José Goldemberg. Ambos trabalharam na Primeira Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a Estocolmo-72, e na Cúpula da Terra, a Rio-92.

Ignacy Sachs diz que o termo economia verde remete à dimensão ambiental que não pode, no entanto, ser dissociada da dimensão social. É conhecido defensor do que chama da civilização da biomassa, pelas oportunidades que abriríamos na mudança dos rumos e redução de futuras crises de altíssimo custo social. O relatório do Pnuma de 2011 – *O Caminho da Economia Verde* – define que o conceito de economia verde designa um modelo de desenvolvimento baseado em baixa queima de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. Assim, em nossa opinião, Ignacy Sachs apoia a posição do documento.

Para José Goldemberg, os avanços são muito diferentes entre países. Os Estados Unidos não fizeram avanço. A União Europeia, menos do que havia se comprometido a fazer. Os países em desenvolvimento, como a China, Índia e o Brasil, fazem certo esforço, mas eles precisam crescer. Ele cita que o documento básico, preparado pelas Nações Unidas, ainda em discussão, é uma espécie de atualização da Agenda 21. Diante do enorme potencial que o Brasil tem de produzir alimentos e energia renovável, o documento deveria ter uma ênfase maior. Este será o único texto, pois nenhum instrumento com força legal será emanado da Rio+20.

* Presidente da Abag

Documento do Mapa

Erikson Camargo Chandoha*



A sustentabilidade é a palavra-chave com relação à Conferência Rio+20, com plenárias de 20 a 22 de junho, que envolverá a presença de todos os chefes com os governos de países membros das Nações Unidas. Os eixos temáticos são: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A Comissão Nacional, copresidida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem como objetivo a interlocução das diversas esferas do governo. As discussões sobre o documento para a Conferência são coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mediante portaria, criou Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de promover os debates e propor as ações necessárias na participação do ministério nas organizações e na realização da conferência. O GT é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento do Cooperativismo (SDC), com representantes da Embrapa, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e de entidades públicas e privadas. Devemos apresentar um documento oficial com o posicionamento do Mapa, para o qual contamos com a contribuição de públicos e privados.

O foco do público oficial é o Parque dos Atletas. O problema está na logística e o espaço no Parque dos Atletas, onde solicitamos 500 metros para o Mapa, que deverá receber mais de 100 ministros da agricultura de outros países. No Píer Mauá, faremos as discussões abertas ao público.

Fizemos reuniões com a participação da Abag, OCB, Aprosoja e de outras entidades, além de estarmos integrados com as 32 Câmaras do Mapa. Recebemos os oito Adidos Agrícolas das embaixadas brasileiras. Faremos uma Audiência Pública em busca de subsídios e juntarmos os pronunciamentos dos parlamentares.

A proposta feita pelo ministro do Mapa, Mendes Ribeiro, é de inserir no documento o Ano Internacional do Cooperativismo. Contamos com a participação da Embrapa, com seus 47 centros de pesquisa, coordenados pela Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna.

No Mapa, o Comitê de Gestão Interna para a Sustentabilidade Agropecuária centraliza e sistematiza as informações para compor o documento oficial, denominado *A Contribuição da Agricultura Brasileira na Construção de uma Economia Verde e na Erradicação da Pobreza*, composto de cinco capítulos: 1. Introdução; 2. Avanços recentes na agricultura brasileira; 3. A



visão de futuro, agricultura; 4. Economia verde e erradicação da pobreza; 5. Considerações finais.

Existe uma preocupação de que o público brasileiro não conhece a Rio+20. Em pesquisa recente, apenas 9% dos entrevistados mostravam conhecimento sobre o evento.

Mas o Brasil tem mostrado protagonismo na esfera internacional. A 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Durban, de 28 de novembro a 9 de dezembro último, apenas não fracassou por causa da interferência do Brasil. Se isso acontecesse, a Rio+20 estaria prejudicada.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos propiciadores do comércio internacional justo, equitativo e sem protecionismo. Existe a universalização da segurança alimentar e nutricional, por meio do acesso aos recursos genéticos, à tecnologia, aos meios de produção e à geração e distribuição de alimentos seguros. Temos o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, enquanto estratégia de organização da base produtiva, para a equidade social e o desenvolvimento econômico.

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) constitui forte compromisso institucional do Mapa no contexto ambiental, econômico e social da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Os desafios são grandes para o Brasil satisfazer o seu compromisso de mitigar a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), conforme o Brasil assumiu internacionalmente em 2009.

* Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenador do Grupo de Trabalho do Mapa para a Rio+20

Mobilização nacional

Fernando Antonio Lyrio Silva*



Como se ofereceu para ser anfitrião, o Brasil tem papel político importante do ponto de vista de angariar resultados ambiciosos e concretos. Mas sabemos que a governança brasileira possui limitações, porque os resultados serão decididos pelos países das Nações Unidas. Além dessa movimentação em torno da Conferência Internacional das Nações Unidas, como a Rio+20, existe um processo muito fascinante de mobilização nacional.

Participei ativamente da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2006, e da Rio+10, realizada em Johannesburgo. Nelas consegui perceber os processos de mobilização da sociedade brasileira. É complicado comparar a Rio-92 com a Rio+20, pois elas possuem características, momentos, situações políticas e econômicas distintas.

Na Rio-92, houve participação de diversos setores da sociedade, com conscientização e geração de conteúdos na área ambiental. A Conferência acabou conhecida como Eco92, uma denominação tecnicamente adequada, pois o seu objetivo era ir além da questão ecológica.

Na Rio+20, a mobilização acontece sob uma perspectiva diversificada de setores da sociedade brasileira. Eles estão atentos ao processo internacional e preocupados em como os temas colocados podem ser traduzidos como aquilo que queremos para o nosso país.

Desde o lançamento da Rio+20, percebemos uma mobilização do setor privado e até de áreas do governo sem tradição para acompanharem esses temas. Aqueles que já acompanhavam os temas aumentaram as suas atenções.

A Comissão Nacional da Rio+20, composta de 27 ministérios e representantes de diversos setores da sociedade brasileira, construiu um documento sobre a visão brasileira e de vários países para a Rio+20. A partir deste texto, o Secretariado das Nações Unidas gerou o *Zero Draft*.

Temos dois processos distintos na Rio+20: o internacional, conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores; e o nacional, com a participação bastante expressiva da sociedade, como esse fórum promovido pela Abag.

A Rio+20 acontece num momento de crise econômica, com alguns sinais de o modelo não funcionar como o esperado. Por muito tempo, em nome do desenvolvimento econômico se justificava algum descuido com as questões ambiental e social. Hoje, o lado econômico também não está funcionando. Então, estabelece-se uma base muito interessante. A crise econômica não será obstáculo para a Rio+20 do ponto de vista dos resultados. Para o governante, ao se deparar com uma crise, a visão de resposta é de curto prazo, mas a constatação de limitações no modelo econômico, social e ambiental leva à reflexão de "para onde vamos, o que queremos, onde é que erramos". Isso cria uma oportunidade de discussão.

A Ministra Izabella Teixeira coloca a ideia de legado da Rio+20, independentemente do resultado deixado pela Rio+20 na arena internacional. Trabalhamos para um resultado ambicioso a respeito daquilo que fica para o Brasil depois da Conferência. Como a sociedade brasileira enxerga a proposta de desenvolvimento nacional, com inclusão social, crescimento econômico e conservação ambiental.

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) significa desenvolver uma prática de produção com o compromisso de reduzir as emissões, sem prejuízo de ordem econômica para o País. O Brasil pode liderar a ideia de integração das dimensões

da sustentabilidade. O desenvolvimento da Amazônia acontece a despeito da expressiva redução no desmatamento da região.

O Brasil pode estar na liderança mundial de um processo de desenvolvimento sustentável. Essa ideia, consagrada na Rio-92, avançou pouco do ponto de vista prático.

Emanadas da Rio-92, as Convenções sobre Diversidade Biológica e Mudança do Clima são convenções, antes de tudo, sobre desenvolvimento. O tema abrange agricultura, ciência e tecnologia, saúde, segurança alimentar e erradicação da pobreza. As dificuldades de negociação refletem as opções de desenvolvimento de cada país: qual é a parcela que cada um vai dar em torno de um modelo de desenvolvimento global mais sustentável?

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha próximo do Mapa no entendimento daquilo esperado pelo País na discussão da sustentabilidade. Existem casos bem-sucedidos de ações, iniciativas e processos com essa perspectiva contemplada. O agronegócio é fortemente exportador, com demandas de mercado que apontam nessa direção.

Um evento como esse traz a perspectiva daquilo que podemos fazer para construir o processo de desenvolvimento nacional. Isso constrói o chamado legado da Conferência Rio+20 para o Brasil. Vamos trabalhar, então, em duas direções:

Primeiro: nas posições brasileiras de contribuição para o processo internacional;

Segundo: na construção de visões políticas, propostas e recomendações resultantes desse debate do governo com a sociedade brasileira em torno das ideias de desenvolvimento.

Além disso, a Rio+20 terá espaço para as iniciativas chamadas paralelas. O MMA está aberto na recepção das demandas, para construirmos juntos a ideia de legado. Por isso, quando comparada com a Rio-92, em alguns aspectos a Rio+20 tem muito mais alcance.

Em adição àquilo que acontece no setor governamental, existe uma riqueza de conhecimento e *expertise* de informação disponíveis no setor não governamental que precisa ser melhor encampada na tomada de decisões do processo multilateral. Uma das preocupações é aproximar o pensamento e o conhecimento de setores e personalidades expressivas da sociedade não governamental, em todas as suas esferas, e fazer com que isso possa incidir e influenciar nos processos internacionais.

Colocamos à disposição para construir, ao longo desse semestre, não só um documento da Rio+20 que, efetivamente, contemple as preocupações brasileiras e da sociedade internacional. Iremos além ao contemplarmos as preocupações específicas do Brasil, que possam contribuir para a ideia de um legado da Conferência Rio+20. Assim, integraremos essa perspectiva de desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental de uma maneira muito mais integrada.

* Assessor extraordinário do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20

Oportunidade extraordinária

André Correa do Lago*



Graças a setores como os seus, é mais fácil ser diplomata brasileiro. A Rio+20 é uma oportunidade extraordinária. Apesar de sermos admirados pelos progressos obtidos, precisamos melhorar muito. Temos potencial, e há uma expectativa enorme da liderança brasileira.

Para os diplomatas, chamar a Rio-92 de Eco92 representou uma grande angústia. O esforço era de a Conferência trabalhar com o tema do desenvolvimento associado ao meio ambiente, que entrou na agenda internacional na Conferência de Estocolmo, em 1972. Preocupados, os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, achavam que isso seria prejudicial, pois desviaria o foco do esforço internacional, que devia ser para o desenvolvimento.

Os países europeus, na linha malthusiana, tinham temor da falta de recursos naturais, cuja maior parte estava em países em desenvolvimento. Em 1970, achava-se que a população mundial ia equilibrar em 14 bilhões. Hoje, estima-se entre 9 e 10 bilhões. Esse espírito de Estocolmo, infelizmente, está de volta, mesmo com os 40 anos de esforços diplomáticos para frear isso.

Com isso, o Brasil propôs antecipar essa Conferência com esse tema porque as Nações Unidas só queriam realizá-la em 2015. A razão está baseada na mudança radical ocorrida no mundo de hoje, comparado ao de 40 anos atrás, no tocante à importância dos países na economia mundial.

Temos de nos esforçarmos para frear esse chamado retrocesso conceitual. Desde a Conferência de Estocolmo, aceitou-se tratar de meio ambiente e desenvolvimento, a tal ponto que a Rio-92 já tinha esse nome. A partir daí, vingou o conceito de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, enquanto as ações na parte social ficaram acentuadas nos últimos anos, a integração do meio ambiente com a economia também aumentou.

Na discussão do segundo tema aparece a governança internacional. A Organização das Nações Unidas possui muitas agências e programas que realizam coisas extraordinárias. Ela



é um pouco como diplomacia, cuja glória é evitar que as coisas aconteçam. Então, é meio frustrante. Se não acontece a guerra, não é notícia. Mas houve um esforço danado para impedir. Nas negociações internacionais é a mesma coisa. A ONU faz um esforço bom, ninguém dá o menor valor.

A estrutura de governança internacional da ONU precisa estar concentrada em preservar o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental, ou seja, ter uma estrutura de desenvolvimento sustentável. A posição da União Europeia defende a criação da Organização Mundial de Meio Ambiente. Não favorecemos isso, porque isola o meio ambiente, que se fortalece ao ser integrado na política econômica e na política social.

O programa das Nações Unidas para o meio ambiente é modesto para o tamanho da sua importância. Ele precisa ser fortalecido, universalizado e ampliado, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável. Isso será difícil fazer, e o resultado não será no Rio.

Determinaremos no Rio a estrutura a ser negociada, como um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, com organismos financeiros internacionais e a Organização Mundial de Comércio (OMC). Hoje, os europeus acham mais importante a questão econômica. Esses acordos com origem ambiental são negociados em vista do interesse econômico do país. Se o europeu defende o seu interesse econômico, devemos respeitar, porque fazemos o mesmo. Só respeitamos quem sabe defender seus interesses.

Falamos da inexistência de confronto Norte e Sul, como havia no passado: as negociações eram muito entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Temos agora de estar conscientes do confronto contra países que trazem crescimento, mas com um tipo de autonomia impressionante. O Brasil, a China e Índia são chamados a participar no Fundo do Clima, para ajudar os países que serão penalizados com o aquecimento global. Os países ricos cuidaram do econômico. Quando tiveram confusão social, incorporaram o social. Décadas depois começaram a se preocupar com o ambiental. Esse processo durou mais de 200 anos. Nós temos as três agendas, ao mesmo tempo.

A Rio+20 será uma ocasião para frear certos cacoetes dos países ricos há mais tempo, mas, ao mesmo tempo, para colocar as prioridades dos países emergentes, com papel fundamental, porque senão a economia mundial estaria muito pior que está hoje. Estamos convencidos, no governo, de que o paradigma de desenvolvimento sustentável favorece o Brasil. Que outro país pode ter o equilíbrio que nós podemos ter? Essa agenda foi recebida de maneira positiva pela sociedade brasileira e pelos governos estaduais.

A reação do mundo desenvolvido é menos entusiasta para essa agenda, mas temos de evitar retrocesso e isolamento na questão ambiental. A Agenda 21, documento pacífico e positivo, com mais de 20 anos, é citada pela mídia como o novo complô das Nações Unidas para tirar os direitos do povo americano. Já os europeus, como não contam com sobras para a concessão de subsídios, começam a dar conta da importância do pilar econômico.

Entre os países dos Brics, o Brasil é o único que é, ao mesmo tempo, ocidental e democrático. A ideia de não haver um modelo que serve para todos é uma lição da maior importância. Somos grandes e temos modelos que podem ou não funcionar para uma região.

Na estrutura da Conferência, o Brasil fez uma proposta inovadora para as Nações Unidas: a conferência formal, com três dias de negociação final do documento, e mais quatro dias de debates sem governo e com a participação de especialistas do mundo inteiro.

O governo brasileiro medirá o êxito dessa Conferência em três dimensões. A primeira, do ponto de vista multilateral. A segunda, da maneira como o Brasil pode chamar os líderes e especialistas do mundo sobre temas-chave. A terceira dimensão é o efeito que isso terá sobre a sociedade civil mundial, inclusive a brasileira.

Muitos Chefes de Estado ainda guardam trauma de terem ido à COP-15, em Copenhague, discutido e não aprovado o documento. Então, há uma importância muito grande, como presidentes da Conferência, de assegurar que seja um êxito, ou seja, que a conferência tenha os resultados previsíveis.

---

* Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores e negociador-chefe do Itamaraty para a Rio+20



Definição de uma proposta

Roberto Rodrigues*



Não sou diplomata e nem político. Tenho apreensão de essas reuniões gigantescas se transformarem numa imensa masturbação intelectual, sem resultados consistentes, e sem geração de compromissos.

Queria pegar esse tema da falta de liderança. É o que acontece, agora, nas primárias americanas. O favorito muda a cada semana. Não há líder lá, nem na Europa e na Ásia.

Mas o mais grave é a perda de protagonismo das organizações multilaterais, como a própria ONU, FAO e OMC, dentre outras. Ninguém mais dá bola para ninguém. Cada um faz o que acha e tem de fazer, mesmo sob a égide de finanças. Não estou dizendo a área financeira. A economia globalizada passou o *driver* mundial para as finanças. E aí, vai de crise financeira em crise financeira, e o mundo está sem rumo.

Quem diria, há um ano, o que aconteceria na Líbia, ou no Ocupe Wall Street? Quem fez isso? Quem foi o líder que comandou isso? Nada. Foi um negócio meio anárquico, tocado pelas redes sociais. Então, além de não termos lideranças nem individuais e nem institucionais, no mundo contemporâneo, há certa anarquia em andamento, com a criação de dificuldades de toda a ordem, para se colocar uma direção planetária. Em termos globais e da própria manutenção da paz internacional, isso incomoda do ponto de vista da sustentabilidade e da democracia.

Precisaríamos encontrar um tema de interesse global, que pobres e ricos, africanos, americanos, europeus, e todo mundo, assumissem como um tema fundamental. Algo que desse uma direção definitiva ao planeta, com o comprometimento de todos, sem que ninguém pudesse ser contra.

Tenho participado de eventos internacionais de várias instituições acadêmicas, de caráter global. Ouço muita conversa nessa direção. A proposta é a de que esse projeto de interesse mundial seja segurança alimentar e energética com sustentabilidade.

Ninguém poderá ser contra um negócio desses. Não vejo quem possa contrariar isso. A Rio+20 se oferece como uma oportunidade notável para a ONU retomar o protagonismo mundial verdadeiro. O Brasil, anfitrião deste evento, tem a obrigação de oferecer à ONU essa oportunidade numa bandeja adequada, ao levar esse tipo de projeto. A uma sintonia disso com relação à sustentabilidade.

A FAO está sob a coordenação do Brasil. Quem organizará isso para as Nações Unidas é a FAO. Não podemos perder essa chance. Não podemos permitir que a Rio+20 vire mais uma conversa fiada de diplomatas, que ficam, noites a fio, em discussão para encontrar uma palavra que sirva para todo mundo: "estamos de acordo".

Então, podíamos definir como fica a agroenergia, que é um negócio revolucionário. Não se tem estratégia e falta uma definição. O governo tem de fazer anúncios na Rio+20, para enfrentar, com vigor, as pedradas que vêm de fora. Para isso são necessárias definições, com ações de governo, e não, simplesmente, compromisso de que vamos fazer, prometer e acontecer, lá na frente.

Precisamos ter um pouco mais de comunicação traduzida da Rio+20, dos efeitos negativos e positivos, de como podemos liderar um programa mundial de segurança alimentar e energética com sustentabilidade.

* Coordenador do GVAgro